

Contribuição das feiras orgânicas de Porto Alegre na Formação de Licenciandas e Licenciandos em Educação do Campo

Tatiana Vieira Rodrigues¹, Marilisa Bialvo Hoffmann², Saul Benhur Schirmer³

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Curso Graduação em Licenciatura em Educação do Campo. Avenida Paulo Gama, 110, Farroupilha. Porto Alegre - RS. Brasil.

Autor para correspondência/Author for correspondence: tpec.tatiana@gmail.com

RESUMO. O presente artigo se propõe a compreender de que modo o entendimento dos processos inerentes à institucionalização e funcionamento das feiras orgânicas pode contribuir na formação da Licencianda e do Licenciando em Educação do Campo-Ciências da Natureza. Da mesma maneira, busca-se analisar, a partir do diálogo com diferentes sujeitos representantes das feiras orgânicas de Porto Alegre-RS, que aspectos a Licencianda e o Licenciando em Educação do Campo precisaria desenvolver para contribuir na gestão de processos comunitários de feiras orgânicas locais nas comunidades em que atuam. A análise das entrevistas foi realizada com auxílio metodológico da Análise Textual Discursiva (ATD). Os resultados apontam as Feiras Orgânicas como um espaço de estudo importante, apresentando diversas possibilidades formativas. Ressalta-se a necessidade das feiras serem mais abordadas na formação de educadoras e educadores do campo, tanto como um instrumento de pesquisa, quanto de ensino e extensão, contribuindo assim para um melhor entendimento do universo de trabalho dos povos do campo, entre eles os sujeitos da agricultura familiar.

Palavras-chave: Formação de professores, Educação do Campo, Feiras Orgânicas, Ensino de Ciências.

Contribution of Porto Alegre's fairs in the formation of the Licensing in Rural Education

ABSTRACT. This article intends to understand how the understanding of the processes inherent to the institutionalization and functioning of organic fairs can contribute to the training of the licencing in Rural Education - Science of Nature. In the same way, it is sought to analyze, from the dialogue with different subjects representatives of the organic fairs of Porto Alegre-RS, what aspects the licencing in Rural Education would need to develop to contribute in the management of community processes of organic fairs communities in which they operate. The analysis of the interviews was carried out with methodological aid of the Discursive Textual Analysis (ATD). The results point to the Organic Fairs as an important study space, presenting several formative possibilities. It is important to highlight the need for the fairs to be more approached in the formation of the educator of the field, as a research instrument, as well as teaching and extension, thus contributing to a better understanding of the work universe of the rural people, among them the subjects of agriculture family.

Keywords: Teacher Training, Rural Education, Organic Fairs, Science Education.

Contribución de las ferias orgánicas de Porto Alegre en la formación de la Licencia en Educación de Campo

RESUMEN. El presente artículo se propone comprender de qué modo el entendimiento de los procesos inherentes a la institucionalización y funcionamiento de las ferias orgánicas puede contribuir en la formación del Licenciamiento en Educación del Campo-Ciencias de la Naturaleza. De la misma manera, se busca analizar, a partir del diálogo con diferentes sujetos representantes de las ferias orgánicas de Porto Alegre-RS, qué aspectos el licenciando en Educación del Campo necesitaría desarrollar para contribuir en la gestión de procesos comunitarios de ferias orgánicas locales en las comunidades en las que actúan. El análisis de las entrevistas fue realizado con ayuda metodológica del análisis textual discursivo (ATD). Los resultados apuntan a las Ferias Orgánicas como un espacio de estudio importante, presentando diversas posibilidades formativas. Se resalta la necesidad de que las ferias sean más abordadas en la formación del educador del campo, tanto como un instrumento de investigación, como de enseñanza y extensión, contribuyendo así a un mejor entendimiento del universo de trabajo de los pueblos del campo, entre ellos los sujetos de la agricultura familiar.

Palabras clave: Formación de Profesores, Educación del Campo, Ferias Orgánicas, Enseñanza de Ciencias.

Introdução

É direito de cada pessoa, segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006), ter acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada e saudável ou aos meios para obter essa alimentação, sem comprometer os recursos para assegurar outros direitos fundamentais, como saúde e educação. Neste sentido, a escolha por uma alimentação adequada e saudável está sendo uma opção dos consumidores que estão preocupados em adquirir alimentos isentos de contaminantes intencionais. Uma grande parcela desses consumidores também se dedica a apoiar a produção com base agroecológica, que é o que fundamenta todo o trabalho das feiras. Nessa forma de produção se procura promover o uso sustentável do solo, da água e do ar, reduzindo ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas, se preocupando também com a preservação da diversidade biológica dos ecossistemas naturais. Essa escolha se dá por diversos motivos, mudança de hábitos alimentares, preservação da saúde, estilo de vida, entre outros.

As feiras de agricultores familiares constituem-se, nesse contexto, em muito mais que apenas espaço de comercialização de produtos.

Denominadas feiras ecológicas, agroecológicas, livres, coloniais, de pequenos agricultores, da agricultura familiar, ou apenas feiras, estas compreendem, como ressaltam Dalla Nora e Zanini (2015), um espaço de sociabilidade rico e singular, onde além das relações de compra e venda, se compartilham saberes e fazeres, uma vez que o econômico e o social se complementam e se ligam às histórias de vida dos personagens que compõem esse cenário. Nas feiras, além de encontrarem os alimentos que procuram, os consumidores têm contato direto com o agricultor, uma grande diversidade de opções de hortifrutigranjeiros, valores menores que encontram nos supermercados e também um espaço cultural, de aprendizagem e de troca de saberes que resultam, não raras vezes, em laços de amizade e confiança entre consumidor e agricultor.

Diferentemente das feiras realizadas por pessoas que são apenas comerciantes – e não necessariamente agricultores – as feiras de agricultores familiares trazem consigo também o reflexo de lutas: por terra, por reforma agrária popular, pela diversidade em contraposição à monocultura, pela “comida de verdade” ao invés dos *fast-foods*, pela integridade da

saúde e do alimento no lugar de veneno, pelo papel das gerações e das relações de gênero na configuração familiar, no trabalho coletivo, entre outras. Diante disso, alinha-se com as lutas da própria Educação do Campo, compreendendo a feira de agricultores como um espaço de reconhecimento do sujeito do campo, de seus modos próprios de vida, de manejo e conservação da natureza próprios e que influenciam diretamente na qualidade do alimento que produzem, subsistem e comercializam à população.

O que muitos desses consumidores desconhecem, são os caminhos e desafios que os agricultores têm de enfrentar para estarem ali. Um deles é o de receber de sua certificadora, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), uma certificação de Organismo da Avaliação da Conformidade Orgânica (OAC), que os habilita a vender em feiras orgânicas. De acordo com informações disponíveis no site do MAPA¹(2019), produtor sem certificação deve apresentar um documento chamado Declaração de Cadastro, que demonstra que ele está cadastrado junto ao MAPA e que faz parte de um grupo que se responsabiliza por ele. Neste caso, só o produtor, alguém de sua família ou de seu grupo pode estar na banca vendendo o produto. Essa

Declaração deve ser mostrada sempre que o consumidor e a fiscalização solicitarem.

Quando se trata de alimentos processados de origem vegetal ou animal, pode-se fazer necessário também ter em suas propriedades edificações como agroindústrias e entrepostos de ovos. Ainda que exista legislação sanitária específica para propriedades rurais de pequeno porte, as exigências pelos departamentos competentes, em muitas oportunidades são as mesmas para uma indústria de grande porte, inviabilizando que o produtor consiga tornar sua propriedade em autossustentável. Isso muitas vezes desmotiva a sucessão rural, pois os ganhos se tornam inviáveis para manter toda a família trabalhando na propriedade.

Além desses desafios relacionados à regularização da produção, há ainda a organização das feiras. As Feiras orgânicas situadas em logradouros públicos do município de Porto Alegre-RS são organizadas pela administração municipal e nelas encontram-se agricultores de diversos municípios do estado que trazem seus produtos para comercializar nesses espaços. Em 2015, por determinação do MAPA, a Divisão de Fomento Agropecuário (DFA) passou a exigir que todos os feirantes que vendem seus produtos nessas feiras cumprissem a Lei

Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada em 27 de dezembro de 2007 - que rege o sistema orgânico de produção agroecológico. Como pena de não cumprimento, as feiras passariam a se apresentar como “feiras mistas” e não mais “feiras orgânicas”. A partir desse momento, os servidores da DFA iniciaram uma força-tarefa para cumprir essa determinação. Os agricultores, associações, entidades, conselho de feiras e departamentos envolvidos foram comunicados, a fim de contribuírem para cumprimento dessa exigência.

Na revisão e organização desse processo verificou-se que, por mais que os agricultores em alguns momentos encontrassem apoio dessas instituições, as políticas públicas previstas eram pouco aplicadas em setores como agroindústria familiar, administração rural, entre outros. Para os agricultores que estavam com dificuldades em apresentar alguns documentos pendentes, foi criado um espaço denominado de “feira de transição”, com funcionamento no mesmo dia e horário da feira orgânica, oficialmente denominada Feira de Agricultores Ecologistas. Com muito empenho e organização por parte dos organizadores e também dos agricultores, aos poucos as exigências foram cumpridas, os agricultores que estavam com documentos

pendentes conseguiram as suas licenças e retornaram aos seus espaços de origem. O espaço de transição, por sua vez, atualmente acolhe os agricultores que estão em processo de transição com vistas de receberem seus certificados de conformidade orgânica.

Diante disso, fica evidente que há inúmeros processos, das mais diversas ordens que envolvem a dinâmica das feiras orgânicas. Considerando o contexto descrito, o presente trabalho se propõe a compreender de que modo o entendimento dos processos inerentes à institucionalização e funcionamento das feiras orgânicas pode contribuir na formação da Licencianda e do Licenciando em Educação do Campo-Ciências da Natureza. Da mesma maneira, busca-se analisar, a partir do diálogo com diferentes sujeitos representantes das feiras orgânicas de Porto Alegre-RS, que aspectos a licencianda e o licenciando em Educação do Campo precisaria desenvolver para contribuir na gestão de processos comunitários de feiras orgânicas locais nas comunidades em que atuam.

As feiras orgânicas de Porto Alegre e suas relações com a Licenciatura em Educação do Campo

Estruturado de acordo com a organização didático-temporal da pedagogia da alternância, a Licenciatura

em Educação do Campo: Ciências da Natureza da UFRGS (EduCampo UFRGS) se concretiza, efetivamente, em Tempos-Universidade (TU) e Tempos-Comunidade (TC), que se alternam entre si, proporcionando que as populações do campo possam frequentar a universidade sem necessariamente precisar abandonar o mundo do trabalho. Nos Tempos-Universidade os estudantes frequentam aulas presenciais na universidade e nos Tempos-Comunidade as aulas e acompanhamento dos professores se dá, preferencialmente, no âmbito das comunidades do campo. No caso da EduCampo UFRGS *campus* Porto Alegre, o Tempo-Comunidade compreende o trabalho com populações e escolas localizadas em aldeias indígenas, em comunidades quilombolas, ribeirinhas, de pescadores artesanais, agricultores familiares, assentados da reforma agrária, entre outros.

Uma característica importante da EduCampo UFRGS *campus* Porto Alegre é estar localizada em uma capital de mais de um milhão de habitantes, rodeada por uma grande região metropolitana onde se mesclam populações urbanas, rururbanas e rurais. Essa configuração traz ainda a marca da presença, nos 53 municípios da região de abrangência do curso, de 23 assentamentos da reforma agrária, 10

quilombos rurais e diversas aldeias indígenas (seis somente em Porto Alegre), além de ribeirinhos, pescadores artesanais e agricultores familiares.

Outra marca registrada da cidade e da região é de contar com diversas feiras agroecológicas, entre elas a Feira de Agricultores Ecologistas - FAE que ocorre toda semana há 30 anos, praticamente ao lado da universidade, reunindo um público estimado de 5 mil pessoas a cada sábado. Nela, em torno de 200 agricultores familiares fazem a comercialização de alimentos sem uso de veneno, mas não só isso: compartilham também conhecimento sobre modos de vida, de fazer agricultura, de guardar as sementes crioulas, de preparo e conservação de alimentos, de uma diferenciada relação com a natureza e com o ambiente e de respeito à biodiversidade. Assim, também os conhecimentos tradicionais presentes nas feiras de agricultores familiares de Porto Alegre e da região de abrangência da Licenciatura em Educação do Campo podem se constituir em potencial espaço formativo dos licenciandos.

Como justificativa da articulação deste tema à Licenciatura em Educação do Campo, parte-se do pressuposto que o referido curso tem, como um de seus objetivos, contribuir na construção de alternativas de organização do trabalho

docente que permitam a expansão da Educação Básica no Campo com a rapidez e a qualidade exigidas pela dinâmica social em que as pessoas estão inseridas (Ufrgs, 2013). Também, no perfil do egresso e área de atuação, o Projeto Pedagógico do Curso - PPC (Ufrgs, 2013), prevê a participação da licencianda e do licenciando na elaboração e execução de projetos locais de desenvolvimento sustentável com base agroecológica, bem como em instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Considera-se, da mesma forma, que as feiras são espaços essencialmente educativos e formativos, em que os princípios de uma alimentação saudável, da agricultura sustentável, dos processos agroecológicos, do trabalho coletivo e da organização familiar, dentre outros, podem ser constitutivos do diálogo entre licenciandas e licenciandos e os sujeitos que fazem parte da feira.

Com isso se percebe a importância de explorar, no âmbito do curso, os processos inerentes à institucionalização e funcionamento das feiras orgânicas de Porto Alegre, que hoje representam projetos bem sucedidos de desenvolvimento local, subsidiados por ATER e associados a processos educativos que envolvem toda a cadeia e pessoas

envolvidas desde a produção até o consumo final.

Histórico sobre a origem e o funcionamento das feiras orgânicas no município de Porto Alegre

Próximo ao *campus* central da UFRGS, na Rua José Bonifácio, no bairro Bom Fim em Porto Alegre-RS, ocorre a Feira de Agricultores Ecologistas (FAE), ou Feira Ecológica do Bom Fim, criada em 1989, em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação e a Semana Mundial de Luta Contra os Agrotóxicos (Nascimento, 2012). Dado o sucesso da feira, a mesma se repete nos dois meses seguintes. Em 1990, a feira começa a ser realizada quinzenalmente, passando logo a ser semanal. Segundo relato dos organizadores da época, a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio de Porto Alegre (SMIC) emitia, na ocasião, um alvará único para cada evento.

A FAE foi a primeira feira ecológica do Brasil pós - Revolução Verde e serviu de modelo para outras feiras gaúchas e de estados vizinhos. Ela é considerada a maior do mundo no requisito de variedades de alimentos orgânicos vendidos diretamente do produtor para o consumidor. De acordo com Dreier e Verдум (2010), ela se originou na Cooperativa Coolméia mantendo os seus princípios: ecologismo, naturismo e cooperativismo. O primeiro

reflete a preocupação com a preservação ambiental e com a utilização de tecnologias brandas. O segundo estabelece que na feira existam alimentos ovo-lacto-vegetarianos, barrando refinados, farinhas e açúcares e alcoólicos destilados. No último, enfatiza-se o caráter coletivo, na produção e na organização da feira, onde ocorrem reuniões semanais para avaliação e planejamento.

Com a grande aceitação por parte do público, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre propõe a criação de uma feira para os produtores e comerciantes de mel. Dá-se início então, nos sábados alternativos à feira ecológica, a feira do Mel. Aos poucos, a Prefeitura convida novos produtores a comporem os espaços junto aos produtores de mel. No decorrer do tempo, por solicitação da Coolméia, a feira começa a ocorrer semanalmente, junto à quadra 01, surgindo então a divisão entre as Quadras 1 e Quadra 2. A Quadra 1, organizada e gerenciada pela Coolméia e a Quadra 2 pela Prefeitura. É importante ressaltar que a primeira legislação que rege a produção orgânica só é promulgada em 2003, através da Lei Federal 10.831 (23/12/2003) e regulamentada pelo Decreto 6.323 em 27 de dezembro de 2007. Os primeiros processos abertos para o licenciamento individual de feirantes para a Feira Ecológica do Bom Fim têm

início em setembro de 2003, elaborados pelo Coordenador de Distribuição e o Supervisor de Abastecimento da época.

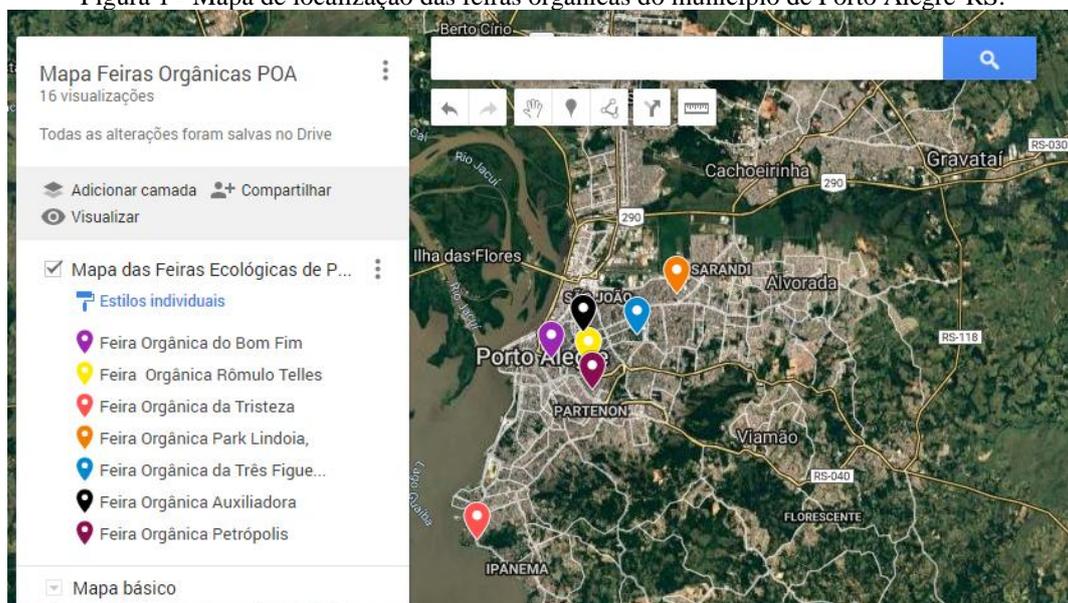
Quanto à seleção dos feirantes para os espaços públicos, a mesma era realizada através de indicação, elaborada por Associações ou Cooperativas, recebidas pelo setor de licenciamento e anexadas ao processo: Cooperativa Coolméia, Associação Agroecológica e Cooperativa Arco-íris. No ano de 2010 inicia-se a solicitação por parte da Seção de Licenciamento de Atividades Ambulantes (SLAA), em alguns processos, da apresentação por parte do produtor de uma declaração emitida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do município em questão, atestando que o mesmo adota os princípios da produção agroecológica.

Em 2015, a Secretaria Municipal de Indústria Comércio (SMIC)/Departamento de Fomento Agrícola (DFA)/Centro Agrícola Demonstrativo (CAD) recebe comunicado, emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dando um prazo (Março de 2016) para Prefeitura regularizar as feiras orgânicas em face da constatação de irregularidades quanto à presença de feirantes sem a certificação orgânica. Para darem atendimento a estas alterações exigidas pelo MAPA, inicia-se em 2015

uma alteração nos procedimentos de licenciamento. A partir de uma análise feita em conjunto com os técnicos da Coordenadoria Geral de Vigilância em Saúde/Secretaria Municipal da Saúde (CGVS/SMS), processos que foram trazidos ao Centro Agrícola Demonstrativo, identificou-se a necessidade de elaboração de novos formulários, bem como da exigência da apresentação de novos documentos.

No ano de 2016 inicia-se a elaboração de certificados de adequação com o intuito de verificar a documentação e certificar que todos os feirantes estão com os certificados de conformidade orgânica e adequação sanitária no prazo. Atualmente o CAD administra sete Feiras Orgânicas realizadas na Capital, conforme o mapa ilustrado na figura 1:

Figura 1 - Mapa de localização das feiras orgânicas do município de Porto Alegre-RS.



Fonte: Google Maps, 2019. Organização dos autores.

As Feiras Orgânicas e Formação do Educador do Campo na área de Ciências da Natureza

Segundo Boechat e Santos (2011), a feira é um local de relações econômicas, sociais e culturais, o que a torna um lugar de construção de espaço e identidade, relacionados intimamente com todos os seus agentes partícipes. Neste sentido,

Cruz e Menasche (2011) enfatizam que a busca pelos produtos das feiras orgânicas perpassam por processos lógicos e simbólicos associados ao consumo de alimentos, que vão desde a valorização dos produtos locais, do desejo de alimentação saudável, de engajamentos políticos ou ainda, a apelos que buscam fortalecer identidades e tradições culturais.

Em revisão de literatura realizada a partir do Portal de Periódicos da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), constatou-se que é praticamente inexistente a pesquisa que articula os conhecimentos das feiras de agricultores ao ensino e formação de professores de ciências. Deus et al. (2015) trazem a temática da feira ao discutirem a importância da educação não-formal na Feira do Produtor Rural de Rorainópolis-RR, como uma abordagem contextualizada no ensino de ciências. Segundo os autores, a finalidade da inserção da temática das feiras seria proporcionar que o estudante do Ensino Médio tenha melhor compreensão do mundo em que vive. A investigação concluiu que a Feira possui potencial pedagógico por ser um ambiente diferenciado (é um espaço aberto, possui variedade de produtos a serem comercializados, bem como pessoas com culturas diferentes); por contribuir para a curiosidade dos estudantes (descoberta da origem dos produtos e a comparação com o livro didático); por proporcionar interação entre diferentes sujeitos no processo de ensino e aprendizagem (uma vez que os agricultores receberam os estudantes muito bem e prestaram as informações necessárias, promovendo uma troca de conhecimentos); e por ter havido boa aceitação por parte dos estudantes (porque

emergiu da experiência de vida dos alunos na cidade em que moram, na região rural) (Deus et al., 2015).

O trabalho de Fonseca et al. (2018) problematiza a feira livre realizada em Itabuna/Bahia, como tema gerador no Ensino de Ciências, considerando, após investigação temática, que a infraestrutura da feira, a presença de animais naquele espaço e a forma como os alimentos são comercializados, são considerados prejudiciais à saúde dos moradores e ao meio ambiente e, por isso, necessitavam ser problematizados e solucionados. Após a estruturação de uma unidade de ensino tendo como tema a “As condições da feira nossa de cada dia: bairro de Fátima, Itabuna/BA” os autores destacam que conceitos de física, assim como os de biologia e de química, não foram suficientes para a compreensão e a superação das situações envolvidas no tema gerador, sendo preciso discutir aspectos para além do âmbito escolar, no sentido de unir conceitos científicos e conteúdos na construção de conhecimentos significativos socialmente, fomentando o desenvolvimento de ações individuais e coletivas do poder público e a promoção de Políticas Públicas (Fonseca et al., 2018).

Neste sentido, considera-se que reconhecer as potencialidades do conhecimento sobre as feiras em uma

comunidade para a formação de professores requer muitas outras interlocuções do que apenas aquelas referentes aos conteúdos escolares. Diz respeito, principalmente, ao respeito aos conhecimentos e saberes populares, aos aspectos históricos e culturais do local, ao reconhecimento das lutas políticas que resultaram naquele espaço e, no caso das feiras orgânicas e/ou agroecológicas, da identificação dos princípios éticos que perpassam pela produção e comercialização deste tipo de produto. Tratando-se do contexto da formação de professores na Educação do Campo, é imprescindível que tome como ponto de partida alguns pressupostos como o direito a uma alimentação livre de veneno, a soberania alimentar, o trabalho coletivo e a auto-organização, a territorialidade e, por fim, a perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo é de natureza qualitativa (Lüdke & André, 2013) e foi organizado em três etapas: 1) Revisão teórica sobre o histórico das feiras orgânicas de Porto Alegre e sobre a relação entre feiras de agricultores, educação do campo e formação de professores de ciências; 2) Entrevista com três pessoas diretamente envolvidas com as atividades

das Feiras Orgânicas de Porto Alegre; e 3) Análise das Entrevistas, com auxílio metodológico da Análise Textual Discursiva - ATD (Moraes & Galiazzi, 2007). Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando o uso dos dados para a pesquisa.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e junho de 2019, presencialmente. Os critérios de escolha dos entrevistados foram a disponibilidade para participação e o envolvimento com o histórico e realização das feiras em Porto Alegre. Sendo assim, selecionou-se um agricultor, participante da Feira Ecológica do Bom Fim e dois servidores públicos municipais, de diferentes setores, envolvidos diretamente na organização das feiras ecológicas em Porto Alegre. As entrevistas foram feitas na residência e no trabalho dos envolvidos, não contando com um roteiro pré-estabelecido, mas sim, com um diálogo prévio à entrevista, onde foi colocado o objetivo da pesquisa e o entrevistado ficou livre para comentar sobre as feiras orgânicas e o seu envolvimento com as mesmas. Os nomes foram mantidos em sigilo, a fim de resguardar a identidade dos participantes, sendo utilizados pseudônimos (agricultor, servidor público 1 e servidor público 2) no momento da análise das falas.

Resultados e discussão

Ao contrário dos supermercados, ícones dos chamados Circuitos Longos de comercialização, caracterizado pela baixa participação dos agricultores familiares no processo e pela maior distância entre agricultor e consumidor (Silva, 2015), a comercialização em feiras orgânicas podem ser considerada como sistemas de Circuitos Curtos, que apresentam potencial de fortalecimento da agricultura familiar e camponesa. Em geral, os Circuitos Curtos são ferramentas que podem fomentar uma dinâmica de aproximação, ampliando a relação entre campo e cidade, revalorizando os espaços rurais, auxiliando na construção de novos paradigmas de consumo e proporcionando condições para uma maior autonomia dos agricultores (Buainain & Batalha, 2007).

Segundo Darolt (2012), a maioria dos produtores de base ecológica com bons resultados de comercialização, têm utilizado dois a três canais de venda (feiras do produtor, entrega de cestas em domicílio e, mais recentemente, compras governamentais), embora exista uma gama de alternativas. As feiras orgânicas também proporcionam um contato direto produtor-consumidor, abre espaço para visitas nas propriedades possibilitando a proximidade da cidade com o campo. Mas sabe-se que o número de feiras é

insuficiente para suprir à demanda dos produtores e consumidores e, neste sentido, fica ressaltada a importância de políticas públicas para que esse sistema permaneça e se amplie com qualidade. O agricultor entrevistado relata que:

Para mim começar a falar de sobre isso aí, eu acho que foi uma virada muito grande que deu na minha vida, um começo, um recomeço né..., para começar já tinha 60 anos naquela época, mas eu acho que foi um recomeço. É que aqui em Porto Alegre, aqui na nessa região bacia do Manecão que é o nome do arroio aqui, que hoje já tá todo contaminado... a Prefeitura de Porto Alegre e a UFRGS fizeram um trabalho de base para saber o que essa área poderia produzir... isso foi em 94, 95 por aí. Definiram, foi definido que essa área seria de produção orgânica. (Agricultor).

A palavra "recomeço" vem de uma nova possibilidade do agricultor se relacionar com sua vida no campo. Após vir por mais de quarenta anos plantando e cultivando de forma convencional, aceitou iniciar um trabalho pioneiro com a agroecologia em sua cidade e enfrentar todos os desafios da transição e o preconceito dos que o cercavam. Uma oportunidade única, já que não estava feliz com a maneira que cultivava os alimentos e que, só se fez, a partir do trabalho conjunto de instituições públicas.

Essa mudança vem ao encontro com o que Bruil (2014) aponta, sobre a

importância das organizações da agricultura familiar para que haja um reequilíbrio de poder econômico e político frente a outros atores interessados nos processos de formulação e execução de políticas e programas públicos. Entre as principais demandas apontadas, a autora destaca a “necessidade de os governos incluírem as organizações agricultoras em diálogos e tomadas de decisões, programas de formação que sejam adequados, apropriados e orientados pelas famílias, estratégias de adaptação às mudanças climáticas e de agregação de valor aos produtos” (Bruil, 2014, p. 37). Esse trabalho reflete nas falas dos três entrevistados:

Exatamente inviabilidade econômica de cada propriedade. Nesse momento já estava sendo discutido em poucos grupos a questão de produção de alimento orgânico, saudável sem veneno, enfim... Ali pelas tantas então surgiu a questão da agroecologia, que casou perfeitamente nessa época na prefeitura de Porto Alegre onde a gente começou a conversar com técnicos da Emater, da UFRGS, outros parceiros também o próprio Ministério da Agricultura e já tinha iniciado o movimento também no interior do estado com Centro Ecológico de Ipê que criou uma base para difundir e então fomentar a agroecologia junto com o falecido Lutzenberger, que era um dos apoiadores do Centro Ecológico de Ipê. Naquele momento naquela gestão a gente conseguiu então considerando as diretrizes de política de fomento para produção de alimentos em Porto Alegre. O

secretário, naquele momento, naquela pasta ele percebeu que teria um grande futuro a agroecologia em Porto Alegre. (Servidor Público 1).

Então, existia um universo de produtores que já tinham sido acompanhados de alguma forma por políticas públicas dessa secretaria que trouxeram técnicos para fazer um trabalho de conscientização para esses produtores da importância de olhar de uma outra forma a possibilidade de produzir, isso de uma forma diferente, ou seja, de uma forma orgânica e a partir daí trouxeram conhecimento técnico e era importante que, além do conhecimento técnico, trouxessem uma forma de viabilizar economicamente, ou seja, eu estou fazendo uma transição e aí? Foi todo um projeto grande, que envolvia trazer o conhecimento, a sensibilização desses produtores, uma forma de viabilizar essa produção e aonde escoar essa produção. (Servidor Público 2).

Em 97 a prefeitura de Porto Alegre fez um contrato, entrou em acordo com centro ecológico de Ipê ...e houve um contrato que foi assinado até aqui na minha casa o prefeito veio assinar, e aí o Centro Ecológico de Ipê me deu um ano de assistência para a gente se enquadrar dentro da produção orgânica, deu curso, deu palestra eu inclusive tive lá em Ipê 3 dias fazer uns trabalhos de melhoramento, e de lá para cá a gente começou a produzir... (Agricultor).

A produção orgânica é um fortalecimento para a agricultura familiar, mas não basta produzir. O escoamento dessa produção tem que ser garantido para essas famílias e a formação de pontos de comercialização direta, sem atravessadoresⁱⁱ, é o que viabiliza a

estrutura financeira das famílias. Segundo Darolt, Lamine e Brandenburg (2013), as iniciativas bem-sucedidas em circuitos curtos acontecem, normalmente, em locais onde se verifica a formação de uma rede com estreita parceria entre o poder público, entidades não governamentais, organizações de agricultores e consumidores. O poder público tem muita responsabilidade em apoiar e dar condições para a formação desses pontos de comercialização, sendo um dos elos mais importantes dessa engrenagem, pois muitas vezes parte dele a iniciativa do trabalho a ser efetivado. Isso fica demonstrado nos excertos a seguir:

Então tinha que formar um grupo aí foi quando foi formado em 98/99 a gente conseguiu formar o primeiro grupo ecológico em Porto Alegre que se chamava APEL Associação de produtores Ecologistas do Lami...foi que a gente conseguiu espaço na feira da Tristeza foi no primeiro sábado de outubro de 99, a gente conseguiu o primeiro espaço, depois a gente conseguiu também na Cândia Gomes que seria onde hoje é aqui no shopping Total. (Agricultor).

A gente começou a chamar na época de descentralização de equipamentos de feira orgânica na cidade. Ela concentrou inicialmente com toda a história que tem muito antiga em Porto Alegre que é a José Bonifácio. Ali é inevitável, que ali é o berço da agroecologia de equipamento de feira na cidade de Porto Alegre. Só que a gente começou conversando com produtor, consumidor e outras instituições envolvidas nesse processo, a gente coloca em campo

uma política de aumento de produção de fomento para aquelas famílias que estão na área rural não é..., de ter uma alternativa de produzir um produto diferenciado com valor agregado e esbarramos somente em dois equipamentos. (Servidor público 1).

Porto Alegre é uma cidade que se destaca quando se fala em agroecologia. A Feira Ecológica do Bom Fim é uma das razões desse destaque. É um espaço de compra de alimentos saudáveis, de cultura, um espaço pedagógico onde centenas de pessoas se encontram todos finais de semana. E foi também um espaço de articulação onde, através de discussões entre servidores do Centro Agrícola com consumidores e agricultores, se percebeu que a cidade necessitava de mais pontos de comercialização em outros bairros.

Nesse momento, inicia-se um trabalho de ampliação de pontos de vendas em logradouros públicos. Neste sentido, Bruil (2014) destaca a necessidade de se aprimorar os mecanismos de comércio e apoiar a construção social de mercados, o que significa, segundo a autora, que os acordos e políticas ligados ao comércio devem ser revistos ou reconsiderados, a fim de melhor atender os interesses da agricultura familiar. Desta forma, cabe aos governos e outros atores garantirem os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais, bem como ampliar

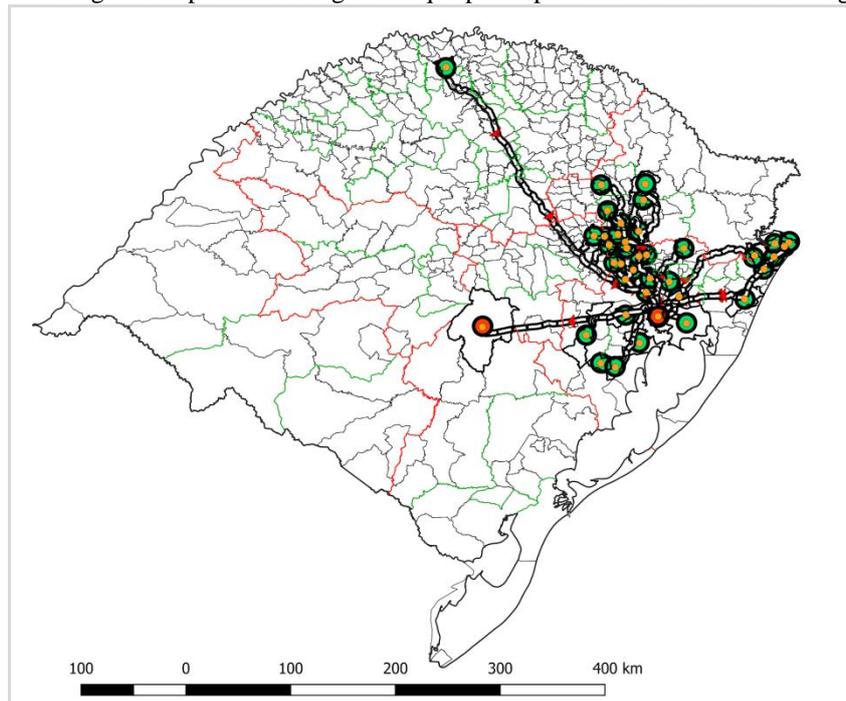
seu acesso aos mercados e assegurar preços justos, por exemplo, através da promoção de mercados locais, de compras públicas da agricultura familiar e da melhoria das estruturas de armazenamento e transporte (Bruil, 2014, p. 35). Sobre o fomento às políticas públicas voltadas à agroecologia, o servidor público 1 enfatiza:

... a comunidade encaminha um abaixo-assinado, a gente entra com todo um processo de seleção das famílias de todo o estado - não só de Porto Alegre - para sustentar uma feira importante, para garantir uma diversidade de produto de todos os finais de semana que acontece principalmente sábado, hoje acontecem alguns dias no meio da semana. Necessariamente, tem que ter muito mais produtores, não só de Porto Alegre. Então essa Política de fomento para a agroecologia e também Porto Alegre proporcionar esses equipamentos de comercialização é importantíssimo para todo o estado. (Servidor Público 1).

O mapa da Figura 2 mostra o quanto as Feiras Orgânicas de Porto Alegre mobilizam produtores e famílias de agricultores em muitos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo

com Valent et al. (2014), os pontos de venda orgânica dispõem de diferenciados produtos orgânicos, tanto *in natura* como agroindustrializados, procedentes do Cinturão Verde de Porto Alegre e municípios vizinhos, localizados até 200 quilômetros da capital. Conforme os autores, muitos feirantes estão vinculados a outras associações ou cooperativas estabelecidas nos seus municípios de origem. Entre elas, destacam-se: Associação dos Produtores da Rede Agroecológica Metropolitana - RAMA, Associação Grupo GESA, Associação Produtores Ecológicos de Vila Segredo - APEVS, Cooperativa Econativa, Cooperativa Central dos Assentados do RS - COCEARGS, Associação de Agroecologistas de Ipê e Antônio Prado - AECIA e Associação de Cerro Grande do Sul - ASTRASUL. Dessa maneira, o fomento às feiras orgânicas de Porto Alegre movimenta o trabalho cooperativado de agricultores, para muito além das fronteiras do município.

Figura 2 - Origem dos produtores orgânicos que participam das feiras em Porto Alegre-RS.



Fonte: Silva (no prelo).

As feiras, depois de constituídas, têm que se manter. Para isso, muitos agricultores procuram trabalhar com maior diversidade possível de produtos, tanto *in natura*, quanto processados e a legislação orgânica e sanitária, para estes últimos, apresenta um grande rigor de exigência. Lamine (2012), enfatiza que a autonomia do agricultor não significa isolamento, sendo muito importantes as trocas formais ou informais entre produtores e sua rede de contatos, tanto no âmbito da produção como da transformação e da comercialização. Nesse contexto, as políticas públicas para a viabilização de agroindústrias familiares foi imprescindível para os agricultores das feiras orgânicas de Porto Alegre, como fica destacado nos excertos a seguir:

O SIM Vegetal [Serviço de Inspeção Municipal de produtos de origem vegetal] é uma proposta desafiadora não é... A gente tenta discutir um pouco a legislação e tentar mostrar para algumas pessoas que tratam das nossas leis que para ti realmente utilizar a diretriz política de uma prefeitura do município não é..., para ajudar na agricultura, na produção e tentar discutir que é possível fazer uma proposta dos produtores produzirem o material caseiro na sua propriedade, obviamente não deixando de lado a questão sanitária ... mas enfim, que diminua as exigências para que essas famílias possam produzir um alimento saudável, com qualidade que vai para feira, como geleias, molhos, enfim. (Servidor Público 1).

Quando eu vim para cá, então. o quê que eu encontrei? uma lei que já tinha 11 anos, no entanto não tinha sido aplicada e vários produtores que precisavam então de um certificado de um licenciamento sanitário para que eles continuassem nas feiras orgânicas ... Eles precisavam de um

certificado orgânico que só seria dado se eles tivessem esse ok sanitário. Começou esse processo... isso tudo vem junto, essas políticas aqui dentro, começou um processo de formação de uma associação e que essa associação criasse uma certificadora participativa. É nesse processo que a gente entra junto. (Servidor Público 2).

As feiras orgânicas também são espaços educativos e de sociabilidade conforme destaca Vedana (2013), ao analisar que as feiras inserem-se no contexto urbano de Porto Alegre, a partir das diferentes trajetórias sociais de personagens que vão compor suas referências em relação a este espaço e às formas de trocas sociais que ali ocorrem. Para Boechat e Santos (2011), a feira se configura mais que um ponto comercial da agricultura familiar, sendo uma partilha entre economia e cultura, múltiplas representações de sociedades rurais, onde ocorrem encontros e articulações políticas. Sobre isso, o agricultor entrevistado pontua:

Eu considero o consumidor um parceiro...o consumidor é a razão. Se não existisse o consumidor na feira, não tinha razão nenhuma de ir na feira, então a gente tem que ter muito cuidado com ele, o consumidor não é só para hoje, é o tempo todo. (Agricultor).

Na feira existe, também, conforme Boechat e Santos (2011), uma característica organizacional entre os

vendedores, que consiste no seu elevado espírito de grupo e alto nível de confiança existente, quer seja entre os próprios feirantes, entre os consumidores e feirantes e vice-versa, promovendo assim um processo de troca mútua de bons sentimentos. Isso fica nítido na fala do agricultor entrevistado:

Eu comecei a trabalhar na Tristeza, trabalhei 4 anos. Eu tenho amizade na Tristeza que já faz 16 anos que eu não trabalho mais lá, mas tenho amizade até hoje ainda lá. Eu trabalho na José Bonifácio, a gente se encontra, é uma troca. Esse negócio que tem gente que diz que sabe tudo, eu para mim para pessoa que acha que sabe não sabe nada, a gente tem que aprender todo dia então aquela parceria aí é um aprendizado é um convívio, eu chamo... é a outra família que eu tenho que tá lá na feira, todo sábado se encontrar, um gosta de futebol, outro gosta de política e a gente precisa entender. Então eu passo um tempo na feira conversando uma manhã inteira, mas eu tenho que saber de que a pessoa gosta, então eu já sei a mania de cada um como eu tenho as minhas também né...? (Agricultor).

Darolt, Lamine e Brandenburg (2013) pontuam que as políticas públicas podem também ser direcionadas para a criação de campanhas informativas permanentes, no sentido de enfatizar as qualidades intrínsecas do alimento ecológico, mas também os valores éticos e os processos produtivos envolvidos. Assim, os autores vão ao encontro do que os entrevistados relatam, em relação à

maneira que trabalham e à percepção que eles têm sobre o processo de conscientização dos envolvidos, no contexto que abrange a agroecologia:

A proposta da agroecologia é bem diferente das feiras convencionais. Essas famílias que eu citei...elas deixaram então de meramente produzir, entregar para as pessoas vender, porque faltavam transporte, falta logística enfim... operacional e hoje na proposta de agroecologia o produtor sai da sua casa, de sua produção e vai atender o consumidor direto na feira e passando inclusive as informações importantes ao consumidor. (Servidor Público 1).

Eu penso aquele muitas vezes aqui em casa querendo produzir orgânico e fala: Isso aqui dá dinheiro? Já querem o lucro, não querem saber a qualidade eu já vejo que a pessoa não tem consciência nenhuma, porque a pessoa tem que estar preparada para assumir isso aí, que aquele que pensa... Eu tenho uns pontos assim, que eu não gosto de saber que existe gente querendo ganhar dinheiro em cima do orgânico, eles usam orgânico para melhorar de vida, sem nenhuma convicção sem nada nada nada (sic) então eles correm para ganhar dinheiro. O que me desgosta dentro do orgânico é saber que existe esse tipo de gente supervalorizando os produtos deles, por interesse próprio e não por convicção. Eu faço isso há 20 anos, nunca ganhei nada, a minha visão não é ficar rico, não é ganhar dinheiro, é manter essa ideia que eu tenho, que a gente pode, é um investimento a longo prazo. (Agricultor).

O orgânico é um trabalho como fosse homeopático ele não tem reação imediata, é a mesma coisa que a pessoa querer se curar com chá, o chá é um trabalho extensivo e tem que ter um tempo para melhorar, enquanto

você usar qualquer remédio, qualquer antibiótico e 4 horas tem solução. Eu considero dentro da agricultura isso aí, então para quem tem pressa e está correndo atrás do prejuízo e o lucro tem que sair amanhã então não devo entrar no orgânico, porque o orgânico tem que ter paciência, tem que esperar por ele, é uma reação da natureza. (Agricultor).

A sucessão rural e equidade de gênero são pautas muito discutidas em reuniões, congressos e fóruns de agricultura. Neste sentido, Bruil (2014) destaca que a participação da juventude na agricultura deve ser incentivada de todas as formas possíveis, uma vez que as rupturas entre gerações e gênero são uma das maiores ameaças à agricultura familiar. Para Castro (2012), “ficar” ou “sair” do meio rural envolve múltiplas questões em que a categoria “jovem” é construída e seus significados, disputados. Para a autora, a própria imagem de um jovem desinteressado pelo campo contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais (Castro, 2012, p. 441). Nestes termos, um dos entrevistados coloca que:

Também o que a gente consegue proporcionar, às vezes, com algumas lutas, que é importantíssimo também nós termos hoje aqui na volta de Porto Alegre uma, duas, três escolas técnicas não é, então essa luta que a gente tem para manter essas vagas de estágio, para estudante de técnico em agricultura, técnico agropecuário, que

a gente também tem um olhar muito especial porque essa gurizada que passa, que sai da escola, passa por um estágio, entendemos que é muito valioso...e vai ser mais um técnico um dia a pode estar trabalhando com essas famílias lá na ponta também. (Servidor Público 1).

Um dos traços marcantes da cultura camponesa é o patriarcalismo constitutivo do paradigma historicamente hegemônico nas diferentes sociedades (Tardin, 2012), o que fez tornar-se histórica a supremacia do homem na hierarquia familiar e nas representações no espaço público. Neste sentido, ao se falar de equidade de gênero na agricultura familiar, medidas de discriminação positiva são essenciais, sobretudo as que envolvem o acesso aos recursos naturais e às políticas públicas. Segundo Nobre (1998), ainda hoje perdura nos meios rurais a divisão sexual do trabalho, partindo do pressuposto de que os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (a agricultura, pecuária, enfim tudo que se associa ao mercado) e as mulheres, pelo trabalho reprodutivo (o trabalho doméstico, o cuidado da horta e dos pequenos animais), tudo que é feito para o consumo próprio, sem contar a reprodução da própria família pelo nascimento e cuidado dos herdeiros. A casa é o lugar da mulher, mãe de família, e as atividades aí desenvolvidas são consideradas um não-trabalho (Nobre, 1998, p. 17). Em relação a isso, o servidor

público 2 destaca o processo de empoderamento das mulheres no contexto da agricultura familiar:

A gente tem um universo variado de produtores, mas aqueles que a gente chama assim, que são os produtores mais "natos" que estão com mais tempo, que foram os que iniciaram o processo, que são os produtores mais velhos os mais antigos, vamos dizer assim, e que a mulher tinha um papel secundário, apesar que na verdade achava ele que era assim, por que na verdade era extremamente de protagonista porque ela faz tudo, mas ficava no segundo plano ... ela mas ela não é protagonista o titular é ele e ela fica nos bastidores. No momento em que a agroindústria foi regularizada essa produtora é dela, é no nome dela, o registro no nome dela, ela que comercializa esse produto na feira, ela que vem nos cursos, ela é que explica depois como é esse processo, ela é que está legalizada e que ela está trazendo agora de uma forma formal para dentro de casa aquela venda que se faz, ela se empoderou não é... (Servidor Público 2).

Dessa forma, se pode considerar que os circuitos curtos, a mudança proporcionada pelo fomento das políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares nos últimos anos, a articulação com o poder público, a ação ampliada de cooperativas, o processo de conscientização e mudança de postura em relação à produção agroecológica, as questões relacionadas à estrutura do núcleo familiar, da valorização da mulher e do jovem do campo, são aspectos essenciais

nas falas dos sujeitos entrevistados. Se faz necessário, portanto, que estes tópicos façam parte da formação da Licencianda e do Licenciando em Educação do Campo, de modo que compreender a maneira como as feiras orgânicas são pensadas, implementadas e institucionalizadas pode proporcionar o (re)conhecimento da própria identidade dos sujeitos e das comunidades com as quais este futuro educador irá atuar. No mesmo sentido, entende-se que a educadora e o educador do campo, em especial o da área de Ciências da Natureza, pode se constituir em uma articuladora ou um articulador entre agricultor e instâncias públicas, quando houver a demanda de organização uma feira na comunidade da escola na qual está inserido.

Considerações finais

As feiras orgânicas, situadas em logradouros públicos de Porto Alegre, são unidades (equipamentos ou mecanismos) que poderão ser observadas pelas licenciandas e licenciandos em Educação do Campo como espaços formativos de grande contribuição para sua formação. A feira deve ser compreendida pela licencianda e o licenciando para muito além de um espaço de comercialização de produtos. Esse entendimento poderá iniciar a partir das exigências que o agricultor

cumpra para ser licenciado e para participar das feiras orgânicas administradas pelo município de Porto Alegre.

Além dessas exigências, os resultados evidenciaram diversos outros assuntos e temas que tem grande importância para a educação do campo e para a formação das licenciandas e dos licenciandos. A contraposição às cadeias longas; a subsistência e a transição agroecológica pela qual os agricultores passaram; a necessidade de políticas públicas, assistência técnica e o trabalho de organização coletiva; a necessidade de diversificação da produção; questões de gênero e sucessão familiar; e a feira como um espaço educativo, entre outros. Dentro desse contexto a licencianda e o licenciando em Educação do Campo poderá, quando formado, desempenhar processos educativos e de extensão rural e auxiliar nesse percurso que o agricultor e as comunidades têm e podem percorrer.

Considerando que a licencianda e o licenciando em Educação do Campo exercerá a função de professora e professor de Ciências da Natureza é importante compreender que o agricultor agroecológico trabalha diariamente com a vida no solo e com a preservação da natureza, contribuindo com a manutenção do ambiente em que habita. Identificando

esses pontos, a educadora e o educador do campo tem a possibilidade de, em suas atividades de docência, desenvolver projetos com as alunas e os alunos (muitas e muitos são filhas e filhos desses agricultores) de adubação, propagação, de como desenvolver fertilizantes, alimentação saudável, transformação e processamento dos alimentos produzidos nas propriedades, enfim, um universo de questões que conversam com a realidade cotidiana do aluno dentro de suas propriedades.

O presente estudo, sobre as Feiras Orgânicas e o Educador/a do Campo, abre possibilidades para outros debates no âmbito da universidade e estudos sobre o tema, que articulados com outras áreas, como a geografia, sociologia, antropologia e etnografia, teriam uma riqueza de detalhes a serem analisados. No entanto, a partir dos resultados deste trabalho, constata-se a necessidade de que esse universo das Feiras Orgânicas sejam mais debatidos e significados dentro da formação da licencianda e do licenciando em Educação do Campo já que estes relacionam-se imensamente com os princípios desta licenciatura.

Referências

Boechat, P. T., & Santos, J. L. (2011). Feira livre: questões sociais e relações identitárias. *Anais do VIII Encontro*

Baiano de Geografia, Universidade do Estado da Bahia.

Bruil, J. (2014). *Pelo fortalecimento da agricultura familiar, camponesa e indígena: recomendações do ano internacional da agricultura familiar*. *Revista Agriculturas: Experiências em Agroecologia*, 11(3), 33-37.

Brasil. (2006). *Lei Orgânica de Segurança Alimentar Nutricional (Losan)*. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional-SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2006; 18 set. Recuperado de:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm.

Buainain, A. M., & Batalha, M. O. (2007). *Cadeia Produtiva de Produtos Orgânicos*. MAPA/SPA, Brasília, v. 5.

Castro, E. G. (2012). Juventude do Campo. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 437-444). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Cruz, F. T., & Menasche. R. (2011). Do consumo à produção: produtos locais, olhares cruzados. *Revista IDEAS*, 5(1), 91-114.

Dalla Nora, F., & Zanini, M. C. (2015). A feira como um espaço de sociabilidade. *Revista Retratos de Assentamentos*, 1, 135-154.

Darolt, M. R. (2012). *Conexão Ecológica: novas relações entre agricultores e consumidores*. Londrina: IAPAR.

Darolt, M. R., Lamine. C., & Brandenburg, A. (2013). A diversidade

dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, 10(2), 8-13.

Deus, V. C., Oliveira, J. C. C., Silva, A. A., Santos, E. S., & Oliveira, A. C. (2015). Proposta de espaço não formal para o ensino de ciências em Rorainópolis Roraima. *Anais do X Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências*. Águas de Lindoia/SP.

Dreier, C., & Verdum, R. (2017). Construção da paisagem na produção alternativa dos integrantes da Feira dos Agricultores Ecológicos (FAE) de Porto Alegre. *Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos* (pp. 127-152). Porto Alegre: Evangraf.

Fonseca, K. N., Milli, J. C. L., Bomfim, M. G., Almeida, E. S., Neres, C. A., & Gehlen, S. T. (2018). A feira livre como tema gerador: possibilidades de abordar física no Ensino Fundamental. *Física na Escola*, 16(2), 62-67.

Lamine, C. (2012). Changer de système: une analyse des transitions vers l'agriculture biologique à l'échelle des systèmes agri-alimentaires territoriaux. *Terrains et Travaux*, 20, 139-156. <https://doi.org/10.3917/tt.020.0139>

Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (2013). *A Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 2 ed. Rio de Janeiro: E.P.U.

Nascimento, J. C. (2012). *Consciência ambiental, hábitos e expectativas de consumidores de feira ecológica de Porto Alegre* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Nobre, M. (1998). Gênero e Agricultura Familiar. *Revista Cadernos Sempre Viva: Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania*. São Paulo: SOF, 2.

Silva, G. (no prelo). *Origem dos produtores orgânicos que participam das feiras em Porto Alegre*.

Silva, B. J. (2015). *Circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos: emancipação socioeconômica na agricultura familiar?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Tardin, J. M. (2012). Cultura Camponesa. In Caldart, R. S., Pereira, I. B., Alentejano, P., & Frigotto, G. (Orgs.). *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 178-186). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

UFRGS. (2013). *Projeto Pedagógico da Licenciatura em Educação do Campo: Ciências da Natureza*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Valent, J. Z., Tisott, S. T., Schmidt, V., & Valent, V. D. (2014). Qualidade de produtos orgânicos: a percepção dos produtores de hortaliças de uma feira ecológica em Porto Alegre – RS. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental – REGET*, 18(1) 1072-1082.

<https://doi.org/10.5902/2236117013839>

i Recuperado de:

<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>. Acesso em 13 junho 2019.

ii Termo utilizado para designar comerciantes livres, que atuam na função de repassar o produto para outros compradores.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 10/07/2019

Aprovado em: 20/01/2020

Publicado em: 13/08/2020

Received on July 10th, 2019

Accepted on January 20th, 2020

Published on August, 13th, 2020

Contribuições no artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Tatiana Vieira Rodriguês



<http://orcid.org/0000-0002-4449-2313>

Marilisa Bialvo Hoffmann



<http://orcid.org/0000-0002-9699-2248>

Saul Benhur Schirmer



<http://orcid.org/0000-0002-0419-0003>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Rodriguês, T. V., Hoffmann, M. B., & Schirmer, S. B. (2020). Contribuição das feiras orgânicas de Porto Alegre na Formação do Licenciando em Educação do Campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e7165. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7165>

ABNT

RODRIGUÊS, T. V.; HOFFMANN, M. B.; SCHIRMER, S. B. Contribuição das feiras orgânicas de Porto Alegre na Formação do Licenciando em Educação do Campo. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 5, e7165, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e7165>